



Assembleia Municipal de Oeiras chumba recomendação para regulamentar a atribuição de viaturas camarárias

● A Assembleia Municipal de Oeiras chumbou segunda-feira uma proposta que recomendava a criação de regulamentos para atribuição e uso de viaturas camarárias, cuja inexistência foi considerada como impedimento a uma investigação judicial “minimamente coerente” sobre o assunto.

De acordo com um relatório da Direcção Central de Investigação da Corrupção e da Criminalidade Económica e Financeira da Polícia Judiciária, motivado por uma denúncia anónima sobre o alegado “uso pessoal reiterado e abusivo” dos veículos municipais, a Câmara de Oeiras “autorizou e distribuiu 114 viaturas” a eleitos, quadros dirigentes e chefias entre Janeiro de 2003 e Julho de 2008.

A estrutura de investigação da Poli-



Isaltino de Moraes

cia Judiciária refere que “há indivíduos com mais do que uma autorização e com mais do que uma viatura distribuída” e conclui que “existe um claro défice de informação nas autorizações concedidas, em claro desrespeito pelo estipulado na lei, lei essa que é referida pela Câmara de Oeiras, mas depois não cumprida”.

Perante estas observações, o Partido Socialista de Oeiras propôs à assembleia municipal que recomendasse à autarquia presidida por Isaltino de Moraes a criação de um quadro regulamentar para definir o uso dos seus carros - inclusive os dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e das empresas municipais -, de forma a “conferir mais rigor e transparência aos procedimentos de

atribuição” das viaturas que fazem parte do património do município e “afastar definitivamente as indesejáveis dúvidas suscitadas”.

“O relatório alega que a inexistência de regulamento interno para utilização de viaturas inibiu a concretização de uma investigação ‘minimamente coerente’, considerando ser necessário que a câmara explicite ‘quem pode utilizar, como pode utilizar e quando pode utilizar as viaturas municipais’”, aponta a moção, que teve os votos favoráveis do PS, BE e CDU, mas rejeitada pelo movimento Isaltino-Oeiras Mais À Frente e pelo PSD. Para o presidente da comissão política concelhia do PS, Marcos Sá, a votação “deixou claro quem defende o interesse público e a transparência”. **Lusa**